

Brasília, 14 de junho de 2011.

Da: Associação Brasileira de Antropologia

Aos Departamentos de Antropologia e de Ciências Sociais

Car@s colegas

É com estima e consideração que a Comissão de Ensino, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia vem, através desta, dirigir-se aos Departamentos de Antropologia e de Ciências Sociais das universidades públicas brasileiras para dialogar sobre a ampliação do campo de trabalho e de formação de excelência em Antropologia no país.

Em carta enviada em julho de 2005, a ABA já havia se posicionado oficialmente a respeito das exigências de titulação em editais de concursos para provimento de cargo de professor adjunto e assistente em antropologia em instituições federais de ensino superior.

Observávamos já em 2005, que muitos jovens mestrand@s e doutorand@s titulados em programas de pós-graduação em antropologia estavam impossibilitados de se apresentarem à vários dos concursos de provimento para vagas em diferentes áreas de conhecimento antropológico devido a exigência de alguns editais de que, além do título de doutor ou mestre na área, era necessário apresentar o título de graduação em ciências sociais.

Agora, em 2011, com a ampliação de universidades públicas federais, abertura de novos cursos de ciências sociais e de antropologia, temos observado que a exigência relativa à titulação de graduação continua a ser feita em alguns editais de concursos públicos para a área de Antropologia, impedindo muitos dos egressos dos cursos de pós-graduação em antropologia de concorrer às vagas oferecidas.

Vimos por meio desta lembrar a todos os Departamentos de Antropologia e Ciências Sociais que a ABA considera antropólogo/a quem tem a titulação mínima de mestrado na área. Desde o início da pós-graduação em Antropologia no país, já há algumas décadas, todos os PPGAS têm admitido estudantes oriundos de diferentes formações de graduação. A formação de pós-graduação na área de Antropologia ou em cursos de Ciências Sociais, onde há importante participação de antropólogos como professores e orientadores, é de excelência no Brasil. Portanto, consideramos que a exigência de titulação na área é um pré-requisito fundamental para o bom desenvolvimento da antropologia no país.

Em vista disto, consideramos que a exigência de titulação de graduação em Ciências Sociais para concursos, onde o que está em jogo é a formação sólida em Antropologia, mostra-se em contradição com a própria história da formação da antropologia no país.

Desta forma, a Comissão de Ensino, Ciência e Tecnologia da ABA considera que não se deve exigir um diploma de bacharel em ciências sociais para um mestre ou doutor em antropologia concorrer à vaga onde o que está sendo considerado é a formação de pós-graduação. Consideramos que, se esta exigência permanecer nos editais, incorre-se o risco de se retirar das competições excelentes profissionais que por força de lei puderam fazer os seus cursos de pós-graduação em antropologia, mas tiveram seus bacharelados em outras áreas.

Dado o exposto, a comissão de Ensino, Ciência e Tecnologia da ABA recomenda fortemente para que seja suprimida essa dupla exigência (diploma de graduação em ciências sociais e diploma de mestrado/doutorado em Antropologia) nos editais de concurso. Sugere, portanto, que se mantenha apenas a formação de pós-graduação nos próximos concursos que venham a ser abertos por seu departamento.

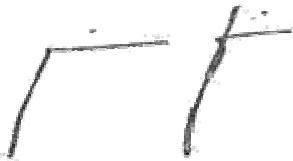
Agradecemos ampla divulgação desta carta às professoras e professores vinculados ao seu departamento.

Sem mais pelo momento, despedimos com protestos de estima e consideração, colocando-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Prof. Dra. Bela Feldman-Bianco
Presidente da Associação Brasileira de Antropologia



Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi
Coordenadora da Comissão de Ensino, Ciência e Tecnologia